

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES) DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E PLANEJAMENTO (DEGEP) DIVISÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DICOL)	
	GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (GMF/RJ)	ATA DE REUNIÃO Nº 29/2022
Data: 22.11.2022	Horário: 11h	Local: Sala de Reuniões da DICOL

Presentes presencialmente na reunião os seguintes membros e convidados:

- Des. Marcus Henrique Pinto Basílio – Supervisor do GMF/RJ;
- Juiz Auxiliar da Segunda Vice Presidência Marcelo Oliveira da Silva – Membro do GMF/RJ;
- Juíza Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça Ana Paula Monte Figueiredo Pena Barros – Membro do GMF/RJ;
- Juiz Bruno Monteiro Rulière – Membro do GMF/RJ;
- Juiz André Ricardo de Franciscis Ramos;
- Defensor Público Daniel Diamantaras;
- Defensor Público Leonardo Rosa Melo da Cunha;
- Dra. Mariana Leiras, do CNJ/PNUD;
- Sra. Christiane Polido Barbaty Nobrega – assessora do GMF/RJ;
- Sr. Rafael Ouvia, Subsecretário de Gestão Operacional da SEAP;
- Sr. Lúcio Flávio Correia Alves, Subsecretário de Reintegração Social da SEAP;
- Sr. Marcelo Rodrigues Loureiro, Diretor do Presídio Alfredo Tranjan;
- Sra. Leila de Brito Ximenes, Ouvidora da SEAP;
- Sra. Júlia dos Santos Piffer, da SEAP e
- Sr. Rafael Cássio do Val, da SEAP.

Presentes, ainda, através do TEAMS a Promotora Patrícia Mothé Glioche Béze, o Dr. Luis Geraldo Lanfredi, Conselheiro Supervisor do DMF, a Dra. Andréa Vaz de Souza Perdigão, do DMF, a Dra. Thandara de Camargo Santos, do DMF, a Dra. Natália Damázio, do MEPCT/RJ, o Sr. Alexander de Carvalho Maia, da SEAP e a Sra. Maria Eugênia de Castro Borges, da DGTEC/PJERJ.

O Segundo Vice-Presidente e Supervisor do GMF/RJ Des. Marcus Henrique Pinto Basílio abre os trabalhos às 11h05min, cumprimentando os presentes e

explica que a pauta do presente encontro é a Resolução de Medidas Cautelares nº 53/2022, relativa às pessoas privadas de liberdade na Penitenciária Alfredo Tranjan, autuada no SEI sob o nº 2022-06114765. Explica que será obrigado a se ausentar, em razão de outro compromisso, porém, fez questão de iniciar a reunião, em homenagem às instituições presentes e à relevância do tema tratado.

Concede de imediato a palavra ao **Juiz Auxiliar da 2 Vice-Presidência e membro do GMF/RJ Marcelo Oliveira**, que expõe resumidamente que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos solicitou, no documento inicial, que o Estado Brasileiro adote medidas necessárias para proteger a vida, a integridade pessoal e saúde das pessoas privadas de liberdade na Penitenciária Alfredo Tranjan, garantindo atenção médica e condições estruturais adequadas, além da possibilidade de se reavaliar a compatibilidade da medida de privação de liberdade aos presos com deficiências ou necessidades específicas de saúde. Neste sentido, a busca de soluções conjuntas para informar à Corte as medidas que atenderão aos melhores interesses do sistema carcerário.

O **Diretor da Penitenciária Alfredo Tranjan Marcelo Loureiro** explica que assumiu a direção da unidade em abril de 2022, e que internos da Cadeia Pública Jorge Santana estavam sendo transferidos à Penitenciária Alfredo Tranjan porque naquele momento apenas este último integrava o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNAISP), o que garantiria, em tese, melhor atenção àqueles portadores de deficiências ou necessidades especiais de saúde.

Informa que desde junho de 2022, o número de acamados caiu de seis (6) para dois (2), de tuberculosos caiu de sessenta e quatro (64) para dezoito (18), de colostomizados caiu de vinte e seis (26) para dezesseis (16), de amputados caiu de quarenta e dois (42) para vinte (20) e de portadores de fixadores externos para correção de fraturas caiu de vinte e sete (27) para catorze (14). Atualmente não há cadeirantes na unidade, e foram conseguidas quatro cadeiras de roda e dez pares de muletas. Argumenta que o número de cento e dezenove (119) presos psiquiátricos foi corrigido pelo próprio PNAISP, decrescendo para apenas quatro (4), na medida em que deixaram de ser considerados os casos de insônia e ansiedade. Ilustra que foi construída mais uma rampa na galeria 03 da unidade, e agora todas as galerias têm duas rampas de acesso. Três galerias

foram inteiramente reformadas. A área de atendimento do PNAISP também contou com melhorias para atendimento dos presos.

Prossegue afirmando que, apesar da lotação prevista ser de 913 e hoje contar com 1.690 presos, a unidade Alfredo Tranjan é atípica, contando com 17 galerias, com 32 cubículos em cada, o que dá média de 100 presos por galeria, e 3 por cela. Dentro da realidade do estado, ainda é lotação razoável. Assim, considerando que hoje todo o sistema carcerário do Estado do Rio de Janeiro já integra o PNAISP, vislumbra a hipótese de reacomodação dos presos com comorbidade nas seis unidades da SEAP com o perfil “Comando Vermelho”, que tem igual capacidade de ofertar serviços de saúde.

Ante a exposição, o **Dr. Marcelo Oliveira** solicita que a SEAP, em trinta dias, apresente relatório pormenorizado da situação atual da Penitenciária Alfredo Tranjan, e os ganhos trazidos ao sistema penitenciário com a celebração de convênio com a Secretaria Municipal de Saúde e o início do PNAISP, para o e-mail degep.dicol@tjrj.jus.br, para encaminhamento à UMF e posterior conhecimento dos peticionários e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Deliberação 1)

O **Juiz da Fiscalização do Sistema Prisional Bruno Rulière** confirma o relato de que a medida de transferência de internos com problemas de saúde para a unidade Alfredo Tranjan se deu em período em que as condições da SEAP para tratamento de necessidades médicas eram bastante inferiores às atuais, e a ambiência na unidade Jorge Santana realmente era pior. Registra que o PNAISP foi um dos maiores avanços no sistema prisional e teve o condão de diminuir a gravidade das situações de saúde no sistema carcerário. Alerta, no entanto, que a CIDH já sinalizou negativamente quanto à adoção de medidas de transferência que deem a impressão de esconder problemas, como já verificado no caso do Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho.

Acrescenta que na Penitenciária Alfredo Tranjan as 17 galerias são largas e a ambiência é regular. O grande problema reside nas 32 celas, que são individuais e algumas já contam com beliche duplo. Argumenta que há que se atacar os problemas estruturais, que muitas vezes dependem de políticas públicas que fogem à alçada do Poder Judiciário. Refletindo sobre as medidas de

realocação de internos e as propostas de desencarceramento, admite que hoje talvez seja necessária a adoção de medidas mais drásticas e cita o caso do IPPSC que ainda não teve solução definitiva, apesar dos avanços. Defende o avanço da discussão sobre o desencarceramento, e assegura que hoje há condições reais de se dialogar, no âmbito do GMF/RJ, sobre medidas factíveis, sem maiores embates, ressaltando a atividade dos órgãos revisionais.

O **Dr. Marcelo** solicita ao Juiz da Fiscalização do Sistema Prisional que, em trinta dias, encaminhe ao GMF/RJ, através do e-mail degep.dicol@tjrj.ius.br, relatório com sugestões, para encaminhamento à UMF e posterior conhecimento dos petionários e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (**Deliberação 2**)

O **Defensor Público Leonardo Rosa** menciona caso concreto de pedido de liberdade de preso que apresentava condição grave de saúde, houve concordância do MP e o Judiciário concedeu a liberdade provisória. Aponta que o item “C” da decisão da CIDH apresenta a possibilidade de novos paradigmas na avaliação da compatibilidade da medida de privação de liberdade considerando-se situações individuais de risco à vida e integridade pessoal de presos com deficiências temporárias ou permanentes ou necessidades específicas de saúde. Informa que, após levantamento dos casos, as postulações serão levadas ao Poder Judiciário. O **Defensor Público Daniel Diamantaras**, após reconhecer a importância da extensão do PNAISP a todo o sistema, acrescenta que mais importante do que construir vagas, é necessário qualificar as vagas existentes, atacando as deficiências estruturais do sistema.

A **Dra. Natália Damázio, do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ)**, pontua que a grande proposta era lidar com a situação de presos portadores de enfermidades que não conseguem ter acesso à saúde no nível necessário. Aponta deficiências estruturais que impediam a movimentação dentro das celas, a ausência de corrimãos ou acesso à fisioterapia, e defende mais soluções efetivas, com planos de médio e longo prazo, no sentido de se equipar devidamente as instalações das unidades Jorge Santana e Alfredo Tranjan do que se adotar medidas de realocação de presos. Propõe, também, que nas audiências de custódia se reavalie se a pessoa tem chance de sobrevivência no sistema.

O **Dr. Marcelo** solicita à Defensoria Pública que, após as inspeções demonstrando as atuais condições da unidade Alfredo Tranjan, também com prazo de trinta dias, encaminhe ao GMF/RJ, através do e-mail degep.dicol@tjrj.jus.br, relatório com sugestões, permitindo aglutinar todas as informações e medidas para adoção, para encaminhamento à UMF e posterior conhecimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Deliberação 3)

O **Subsecretário de Gestão Operacional da SEAP Rafael Ouvia** aponta que este levantamento já foi realizado, e identificados 34 casos de presos provisórios e 143 casos de presos definitivos com necessidades de saúde. Aponta que estes dados irão constar do relatório solicitado pelo Dr. Marcelo. O **Subsecretário de Reintegração Social da SEAP Lúcia Alves** complementa, reconhecendo a existência de problemas estruturais e afirmando que a gestão de saúde no âmbito prisional encontrava-se colapsada. Hoje, os nove municípios com unidades da SEAP têm a política do PNAISP implementada. Com isso, a população carcerária tem prontuário médico e com os dados coletados, é possível identificar os problemas de saúde do sistema e as necessidades de atendimento. Cita a identificação de trezentos casos de sífilis. Há proposta de cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Saúde, e cogita-se a adoção de novos modelos, com a mudança de perfil das unidades de saúde, para não apenas atender emergências, mas atender especialidades. A intenção é voltar a ter capacidade de prestar atendimentos de média complexidade dentro do complexo de Gericinó. A manutenção de equipamentos vem sendo realizada através de parceria com a OPAS e está sendo criado fluxo para tratamento de tuberculose dentro do sistema prisional. Há um esforço para se gerir a saúde no sistema prisional dentro da política do SUS, trazendo os entes da federação. Informa, ainda que estão sendo lançados editais para contratação de profissionais para atuação nos exames criminológicos, suprimindo em parte reconhecida carência.

O **Supervisor do DMF Luis Geraldo Lanfredi** expõe que o caso em tela não é o primeiro a passar pela UMF, porém, é emblemático por tratar-se de desdobramento de outro caso não resolvido. Isto obriga os atores a lidar com o problema contextualizando-o e observando perspectiva mais estrutural do sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro. Lembra que em 07 de dezembro

será apresentado plano de contingencia em relação ao IPPSC e a atuação conjunta dos poderes Judiciário, Executivo Federal e Executivo local que evitará colocar o Estado Brasileiro em situação desfavorável perante a Corte Interamericana. Há que se evitar contaminações em outras unidades da SEAP, ampliando-se o debate, organizando um movimento de forças e energias para enfrentar o contexto, e ao fim adotando-se medidas efetivas. A Corte adverte para gravame de violação de direitos ainda maior, e isto impõe exercício de reflexão mais profundo do que tradicionalmente ao enfrentar problemas pontuais e imediatos. Há necessidade de melhor qualificação em eventual intervenção, e esta reunião é o ponto de partida para enfrentamento do problema em toda sua profundidade e complexidade. A UMF deve estar em linha com o PJERJ e a SEAP neste desafio de analisar e tratar eventuais sintomas de comprometimento mais agudo do sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro, e o estado brasileiro deve satisfação ao sistema interamericano. Aponta a possibilidade de realizar soluções amistosas, como uma espécie de termo de ajustamento de conduta, e festeja o engajamento das instituições. A coleta de informações que permitam uma avaliação e caminhar para propostas concretas de ação é o ingrediente para avançar na busca de soluções estruturantes. Adverte, porém, ser este encontro somente o ponto de partida, vez que há, ainda, muito que se avançar.

O **Dr. Marcelo** participa que as três centrais de audiências de custódia do PJERJ realizam, em média, cerca de 140 audiências por dia, com potencial de prisão, e os números demonstram que o sistema de justiça penal trabalha demais para que se consiga preservar o número de cerca de quarenta e três mil (43.000) presos. Lembra que mesmo aqueles presos em flagrante que inicialmente ingressam no sistema de saúde, após são submetidos à audiência de custódia. A SEAP trabalha com afinco e em condições longe das ideais, e os demais atores reconhecem seus esforços na tentativa de melhorar o sistema carcerário. Aponta que, com o PNAISP implantado em todo o sistema, não há mais justificativa para misturar presos provisórios com definitivos. No próximo dia 7 de dezembro haverá oportunidade para apresentar plano de contingencia para o IPPSC e debater medidas estruturantes para o sistema penitenciário. As informações e sugestões aqui solicitadas serão aglutinadas e encaminhadas à UMF.

Antes de encerrar, agradece a parceria do CNJ/UMF e das demais instituições presentes e assevera que todos estão engajados no mesmo objetivo: a busca de soluções concretas e estruturantes para a questão da superlotação carcerária no Estado do Rio de Janeiro. Ainda que se busquem saídas mais imediatas para a Penitenciária Alfredo Tranjan, o GMF/RJ tem a exata percepção do problema carcerário e destaca que a solução efetiva passa por questões, que não são necessariamente excludentes: buscar as hipóteses de desencarceramento, qualificar as vagas existentes e criar vagas com a construção de novas unidades prisionais.

Nada mais a tratar, o **Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência e membro do GMF/RJ Marcelo Oliveira** agradece a participação de todos e encerra a sessão às 12h20min.

Desembargador MARCUS HENRIQUE PINTO BASÍLIO

Segundo Vice-Presidente e Supervisor do GMF/RJ

Juiz Auxiliar MARCELO OLIVEIRA DA SILVA
Membro do GMF/RJ

	Deliberação	Responsável	Prazo
1	Encaminhar ao GMF/RJ relatório pormenorizado da situação atual da Penitenciária Alfredo Tranjan, e os ganhos trazidos ao sistema penitenciário com a celebração de convênio com a Secretaria Municipal de Saúde e o início do PNAISP; (degep.dicol@tjrj.jus.br)	SEAP	30 dias
2	Encaminhar ao GMF/RJ relatório com sugestões sobre o sistema carcerário; (degep.dicol@tjrj.jus.br)	Juiz Bruno Rulière	30 dias
3	Encaminhar ao GMF/RJ, após as inspeções demonstrando as atuais condições da unidade Alfredo Tranjan, relatório com sugestões. (degep.dicol@tjrj.jus.br)	Defensoria Pública	30 dias

CERTIDÃO
Certifico que a presente Ata foi
assinada/aprovada eletronicamente
em / /2022.

Carlos Tubenchlak
Chefe de Serviço do SEATE